

ATA DA 096ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Julio Ronconi - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Gelson Merisio  
Leonel Pavan  
Padre Pedro Baldissera  
Mário Marcondes

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (Orador) - Relata a situação dos mais de 100 municípios atingidos pelas chuvas, sendo que mais de vinte municípios decretaram situação de emergência, afirmando que o governador sobrevoou as áreas atingidas pelas chuvas e entregou à presidente, durante sua rápida passagem pelo estado, um relatório parcial dos prejuízos. Revela que ficou acordado com a presidente Dilma Rousseff que os prefeitos irão a

Brasília para levar os relatórios sobre os prejuízos.

Deputado Antônio Aguiar (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela abordagem do tema e solicita que seja liberado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço a todas as pessoas atingidas pela enchente.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Destaca a passagem do aniversário do ex-presidente Lula. Elogia o tema da redação do Enem: *Violência Contra a Mulher*, citando o livro *Segundo Sexo*, de Simone Beauvoir, escrito em 1949, como obra indispensável a todo o ser humano.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA (Orador) - Considera a abordagem do tema da redação do Enem como uma oportunidade para trazer esse debate às claras no sentido de que as minorias sociais tenham seus direitos garantidos, reputando a posição do Congresso Nacional retrógrada e enaltecendo o Supremo Tribunal Federal brasileiro pela visão de vanguarda. Entende que é preciso perceber as mudanças que o mundo sofre e fortalecer as mulheres como um grupo minoritário com ações afirmativas.

\*\*\*\*\*

### **Partidos Políticos**

Partido: PSDB

DEPUTADO LEONEL PAVAN (Orador) - Ressalta a importância do Porto de Itajaí para a economia da região e reivindica, junto ao governo federal, a liberação de recursos para a solução dos problemas causados pelas chuvas.

Deputada Ana Paula Lima (Aparteante) - Reitera a preocupação com a situação do porto e afirma que o governo federal fará a liberação de recursos necessários.

Deputado Mário Marcondes (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo assunto abordado e informa que

houve uma audiência pública para tratar sobre os cortes de investimentos a Santa Catarina, sucateando o Porto de Itajaí.

Partido: PT

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Faz alusão à emissão de gases gerados pelo efeito estufa, enfatizando que o Brasil registra esse efeito 32% abaixo da média mundial para gerar energia, em comparação às matrizes energéticas de 89 países, bem como as proporcionalidades de fontes renováveis por tonelada de petróleo no ano de 2014, fundamentando ações governamentais frente a investimentos para preservar o planeta.

Relata sua participação no seminário sobre agroecologia, que culminou com o encaminhamento, ao Senado Federal, de uma solicitação visando à permanência da palavra "transgênico" nas embalagens de alimentos para consumo, e frisa um projeto de lei, de sua autoria, que trata da produção de alimentos orgânicos.

Partido: PSD

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Faz menção ao Seminário Estadual de Inovação na Atenção aos Dependentes de Substâncias Psicoativas, realizado na Assembleia Legislativa. Destaca o lançamento do livro que aborda a história do Programa Reviver, e parabeniza a entidade pela organização pontual do assunto.

Ressalta o relevante trabalho da Defesa Civil, a participação dos bombeiros, o apoio do governo estadual e os recursos financeiros enviados pelo governo federal, manifestando solidariedade aos cidadãos catarinenses atingidos pelas intempéries.

Partido: PSD

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Solidariza-se com a preocupação do deputado Ismael dos Santos em relação às cheias, concordando que a Defesa Civil e equipe, o secretário Milton Hobus, desempenharam um trabalho de prevenção, cujas ações de controle das barragens ajudaram a

diminuir o prejuízo das famílias e das cidades atingidas pelas intempéries em Santa Catarina.

Registra a homenagem do governo do estado, com a entrega da Medalha do Mérito Funcional, aos servidores de todas as secretarias do estado que completaram mais de 30 anos de serviço público.

Manifesta tristeza e repúdio ao referir-se ao assalto, acontecido em uma pizzaria, em Balneário Camboriú, que culminou com a morte do atleta Anderson Santos de Souza, de 31 anos, destacando que é necessária uma lei mais dura que mantenha atrás das grades os marginais.

Deputado Leonel Pavan (Aparteante) - Lamenta o fato ocorrido e parabeniza o deputado pelo pronunciamento, declarando que espera que a própria Justiça faça justiça, mantendo estes elementos atrás das grades.

Partido: PR

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Orador) - Defende a continuidade do programa Lar Legal, do Tribunal de Justiça, demonstrando não compreender por que no momento da implantação a Cohab não centralizou o processo para melhorar a eficiência e prestar assessoria qualificada aos municípios. Lembrou que a Cohab atuou na regularização fundiária no Morro do Horácio e no Morro da Penitenciária, em Florianópolis, e no bairro Ipiranga, em São José.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Presidente) - Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

### **Ordem do Dia**

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à Ordem do Dia, relatada na íntegra.

Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Apenas gostaria de parabenizar e avisar que a Casa está, através da nossa equipe de jornalistas, estreando uma nova forma de interação com a comunidade: o periscope. Trata-se de um celular que transmite ao vivo um novo sistema de integração e de rede para que as pessoas possam assistir a sessão, através dos seus *smartphones*.

Então, quero parabenizar a equipe de comunicação da Assembleia Legislativa que, neste momento, estreia aqui o periscope para que toda a comunidade possa ver e acompanhar o trabalho de votação dos vetos.

Parabéns aos jornalistas, aos colegas por mais essa forma de interação com a comunidade.

Deputado Gabriel Ribeiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gabriel Ribeiro.

DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Eu queria fazer uma saudação ao prefeito de Mafra, Wellington Bielecki, que hoje está presente nesta casa. Ele que foi presidente do Badesc e vem fazendo em Mafra uma administração que enche de orgulho o povo mafrense.

Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Apenas para registro, estamos aqui com representantes da AMUCC, que depois vão utilizar a tribuna desta casa para fazer um relato de todas as atividades desenvolvidas durante o mês de outubro, com o Outubro Rosa, e esta Casa, inclusive, foi parceira desses eventos que aconteceram durante todo o mês.

Então, quero cumprimentar a sra. Leoni Margarida Simm, presidente da AMUCC e, em seu nome, todas as voluntárias que estão presentes nesta sessão ordinária.

Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero anunciar a presença do vereador Tatu, lá de Xanxerê, que também lutou muito pela duplicação da BR-282, passagem urbana de Xanxerê. Quero cumprimentar também o Lúcio, dono de jornal que está aqui nesta Casa.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - A comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0012/2015, 0023/2015, 0072/2015, 0124/2015, 0146/2015, 0151/2015, 0183/2015, 0187/2015, 0206/2015, 0211/2015, 0220/2015, 0221/2015.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de lei n. 0014/2015, de autoria do deputado Valmir Comin, que dispõe sobre a instalação obrigatória de dispositivos de segurança nas piscinas residenciais ou coletivas, no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0024/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que dispõe sobre a obrigatoriedade das agências bancárias no território catarinense em dispor no interior de suas unidades guichê de caixa com atendimento presencial.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Deputado José Milton Scheffer - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Apenas para referenciar o projeto, que tem como objetivo humanizar o atendimento, melhorar a acessibilidade às pessoas da terceira idade. Não se trata de não sermos a favor da tecnologia e da série de facilidades que ela nos traz, mas não podemos desprezar também a atendimento presencial. O sistema financeiro nacional goza de uma lucratividade única no mundo e, cada vez mais, estão colocando máquinas e tirando as pessoas do atendimento. Isso tem trazido dificuldades às pessoas da terceira idade e às pessoas que não têm conhecimento, e elas deixam às vezes de pagar alguns boletos porque não têm alguém para orientá-las. Esse projeto visa corrigir e tornar mais humanizado o atendimento nas agências bancárias catarinenses.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim

DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO JULIO RONCONI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos votos 29 "sim" e nenhum voto "não".

O sr. presidente acatou os votos favoráveis a este projeto dos deputados Antônio Aguiar e Silvio Dreveck fora do sistema eletrônico de votação, sendo assim, totalizam 31 votos "sim".

Está aprovado o projeto.

Como temos quórum, vamos deliberar as mensagens de veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0069/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0067/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que proíbe a propaganda de medicamentos e similares nos meios de comunicação do estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de fazer uma fala sobre isso. O Fórum Parlamentar Catarinense do Pacto Federativo acaba de rodar o Brasil inteiro e um dos itens que estamos trazendo é exatamente a possibilidade de legislar sobre esses temas que estão relacionados à questão regional. Queria pedir o apoio dos srs. deputados para derrubar esse veto a fim de que possamos começar a agir. Não podemos ficar apenas na teoria. Como pregamos por este Brasil inteiro, vamos para a atitude.

Por isso, queria pedir vênias aos deputados para que possamos derrubar o veto. O projeto do deputado Antônio Aguiar é de extrema necessidade e esta Casa precisa partir do discurso para a ação, derrubar o veto e fazer valer exatamente o que estamos pregando pelo Brasil inteiro, que é a possibilidade de legislarmos concorrentemente com a União sobre esse fato. Então, quero pedir o voto pela derrubada do veto.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Gostaria de fazer uma referência com relação às colocações do deputado Kennedy Nunes. Na verdade, temos uma interpretação divergente da comissão de Constituição e Justiça e dos deputados que aprovaram a matéria quando ela tramitou, em relação à Procuradoria do Estado e ao governador. Estamos discutindo a regulação de matérias afeitas aos veículos de comunicação ou se estamos tratando das relações de consumo, essa, sim, prerrogativa de legislação estadual. Esta Casa entendeu na CCJ,

e por isso aprovamos, que se trata de relação de consumo na propaganda que se faz dos produtos, como é, por exemplo, na possibilidade de se proibir ou não a venda de bebidas alcoólicas em determinados locais.

Por isso mesmo o entendimento desta Casa, da nossa Procuradoria e também da CCJ, é pela constitucionalidade da matéria, que reputo da maior importância.

Deputado Antonio Aguiar - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Antonio Aguiar.

DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - Bem explicado por v. exa.

Voto pela derrubada do veto.

Deputado Fernando Coruja - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Esta proposição de autoria do deputado Antônio Aguiar visa vedar a propaganda de medicamentos nos meios de comunicação em Santa Catarina. Então, já foi levantado se tratamos de propaganda comercial, e é vedado no art. 22, inciso 29, que o estado legisle sobre propaganda comercial.

Discutimos também porque o art. 220 da Constituição, no seu §4º, fala que a propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos, terapias, está sujeita a restrições legais, tendo em vista a livre iniciativa, a não ser que você consiga demonstrar que aqueles alimentos tragam prejuízo para a saúde.

Evidentemente, que esse é um assunto muito complexo. Nós estamos procurando - como bem falou o deputado Kennedy Nunes - levar esse assunto em nível nacional para ver se podemos alterar a Constituição em função de que a propaganda comercial *stricto sensu* é prerrogativa da União.

Vou fazer sempre o meu posicionamento, defender aquilo que acredito, e nesse caso específico - já falei com o deputado Antônio Aguiar - parece-me que o projeto que trata de propaganda comercial seria inconstitucional, mas como há tendência de votar a favor, vou me abster dessa matéria, da votação desse veto.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	abstenção
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO JULIO RONCONI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	vão
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 29 votos "não" e uma abstenção.

O sr. presidente, Gelson Merisio, acatou o voto contrário ao veto do deputado Marcos Vieira fora do sistema eletrônico de votação, sendo assim, totalizam 30 votos "não" e uma abstenção.

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 0050/2015, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0277/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que dispõe sobre o procedimento para retirada de animais mortos das propriedades rurais e sua adequada destinação no estado de Santa Catarina.

Conta com o parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Existem algumas coisas, sr. presidente, que não precisamos ser líder para falar, são convicções. Uma dessas é que com a derrubada desse veto dos remédios, em Santa Catarina, estaremos livres daquilo que finaliza assim: "Se persistir os sintomas o médico deverá ser chamado." Então, vai ser muito bom.

Mas com relação a esse assunto eu quero chamar a atenção para um fato. Esta Casa me deu a missão

de verificar essa questão do gerenciamento de resíduos sólidos, e nós rodamos Santa Catarina e acrescentamos 168 emendas ao projeto e entregamos ao deputado Mauro de Nadal, que era o relator da comissão daquela reforma do nosso Código Ambiental. E um telefonema de um prefeito do interior, do oeste do estado, chamou-nos a atenção. Ele perguntou: Deputado, o que nós vamos fazer com os animais mortos aqui na nossa cidade? Isso foi um dos temas debatidos em todos esses assuntos, inclusive nos seminários que esta Casa fez. Esse projeto é de extrema importância. Nós temos municípios que tem em média, deputado Padre Pedro Baldissera, 40 bois mortos e eles não sabem o que fazer. Temos que ter cuidado com os animais mortos assim como temos com um cidadão morto. O cuidado tem que ter igual. Então, gostaria de pedir vênias novamente aos deputados para que pudéssemos ver a realidade dos municípios de Santa Catarina cujos administradores não sabem o que fazer com relação ao procedimento que existe para retirada desses animais.

Por isso, saliento novamente que o projeto do deputado Mauro de Nadal é de extrema importância e cria procedimentos para retirada de animais mortos em Santa Catarina. Nós não temos ideia do problema que estamos fazendo aos lençóis freáticos desse estado por conta dos animais mortos. Não é simplesmente dizer que o animal morreu e enterrá-lo o animal no fundo do quintal. Não pode ser isso e volto a dizer que o deputado Gelson Merisio, se não me engano, é autor de um projeto de lei sobre a questão da proibição de enterrarmos aqui olhos de boi que vinham do estado de Goiás, porque contém uma substância no olho do boi que faz mal para o lençol freático. E tinha um camarada de Chapecó que trazia de Goiás e enterrava no município. Esta Casa foi através do deputado Gelson Merisio e fez o projeto. Então, essas questões são discutidas no Brasil inteiro e Santa Catarina não pode ficar para trás. Por isso, peço vênias aos deputados para derrubarmos o veto desse projeto de extrema importância para os nossos lençóis freáticos aqui em Santa Catarina.

Muito obrigado!

Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal, para encaminhamento de votação.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Eu recomendo o voto dois, pela derrubada do veto, na qualidade de autor desse projeto, e saliento aqui que o projeto tem origem nas missões que esta Casa desenvolveu, passando pelos países da Finlândia, Dinamarca e Suécia, onde na prática vivenciamos a destinação adequada desses animais.

E aqui em Santa Catarina o nosso estado é pioneiro em legislações dessa natureza, ao tempo em que estamos, tão somente, através desse projeto oportunizando, através da Cidasc o credenciamento das empresas que farão esse trabalho de retirar esses animais, levando com isso uma economia considerável para os municípios, a preservação do meio ambiente e retirando um problema enorme do colo do nosso agricultor, que já tem inúmeras dificuldades para continuar produzindo no meio rural.

Esse projeto tem a simpatia das cooperativas voltadas à área de produção da agricultura em Santa Catarina. E outro fato que me chama a atenção são as razões que foram elencadas para oferecimento do veto e passo a lê-las, pedindo a compreensão dos pares, novamente, para a derrubada desse veto.

(Passa a ler.)

"Da análise do texto, verifica-se que o Poder Legislativo estadual está interferindo nas atribuições privativas do Poder Executivo ao criar atribuições para a Cidasc, tais como o credenciamento de empresas para a retirada de animais mortos na propriedade."

Então, essas são as fundamentações do veto. Por isso, entendo que temos que analisar com mais profundidade esse tema e o momento oportuno é pela derrubada desse veto.

Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, queria dar o meu testemunho também a respeito da importância desse projeto. Trouxe esse assunto há alguns dias atrás, a exemplo de Concórdia, onde acontecia isso, sendo que há empresas lá que processam e recolhem animais mortos, transformando-os em ração através de um processo. Faziam isso há pouco tempo e conseguiram resolver o problema para o agricultor.

Mas, como não existe uma legislação que permita esse credenciamento - e o referido projeto de lei trata disso -, a Cidasc proibiu essa prática por não ter legislação, e deixou um grande problema nas propriedades rurais para os municípios.

Por isso, é preciso encontrar uma solução e uma delas está exatamente nesse projeto, dando autorização à Cidasc para credenciar as empresas a fazer esse recolhimento, o que resolveria um grande problema que temos em Santa Catarina, principalmente nos municípios que são mais agrícolas, mais produtores, onde a quantidade de animais mortos numa propriedade rural é muito grande.

Então, gostaria de dar esse testemunho, parabenizar o deputado Mauro de Nadal e dizer que vamos pela derrubada do veto e apelamos aos srs. deputados que derrubem o veto.

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, como já foi aqui explicitado, tanto pelo autor da matéria como por outros deputados, a importância do assunto, vou me ater aqui ao motivo do veto a esse projeto, que neste caso não me parece atender às questões legais.

Lembro que a Emenda Constitucional n. 38 desta Casa alterou o art. 50, inciso VI, e a Constituição Federal original dizia que era de iniciativa privativa do governador as leis que expõem sobre: "criação, extinção e função das secretarias." Portanto, foi retirada a palavra função.

Então, não me parece que esse argumento possa permanecer, já que foi retirado.

O segundo argumento, sempre colocado pela eminente Procuradoria, diz que é vetado iniciar programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual. É evidente que isso é uma verdade, mas isso não impede a propositura de projetos, já que pode iniciado o projeto no ano seguinte.

Inclusive, talvez, seja interessante se utilizar aqui uma técnica que é muito usada, às vezes, na legislação federal que é exatamente colocar no projeto de lei que as despesas para a implantação desse projeto decorrerão do orçamento do ano futuro. Isso resolve esta questão, porque sempre é um argumento que aqui sempre se coloca.

A outra questão diz respeito a um decreto, uma instrução normativa do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Então, não poderíamos legislar. Evidentemente, este argumento não procede. No Brasil consta no art. 5º inciso II da Constituição Federal que ninguém é obrigado a fazer nada ou deixar de fazer, senão em virtude de lei. Claro que podemos ter uma lei que difere de qualquer instrução normativa de qualquer ministério e de qualquer órgão deste país, porque a lei por definição é superior à questão dos instrumentos infralegais, mas o que se trata aqui é de assunto que possa ser legislado pelo estado ou não. Nesse caso me parece que pode ser legislado por um estado, não tem a ver com instrução normativa federal, e a questão do orçamento é suplantada, porque isso aí não precisa ser implantado neste ano, pode ser no ano que vem.

Então, voto também pela derrubada do veto.

Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, primeiramente quero parabenizar v.exa.

Fizemos um debate na comissão da Agricultura e Política Rural alguns dias atrás, abordando essa necessidade, pois têm vindo aqui pessoas ligadas à entidade e às prefeituras preocupadas com esse tema que é, sem dúvida nenhuma, de sanidade no nosso estado e o crescimento dos animais, especialmente na área da produção de leite.

Então, entendo que o argumento para vetar o projeto não se justifica. Por isso, a nossa bancada - e o deputado Neodi Saretta já falou aqui -, vota pela derrubada do veto, porque entendemos que o projeto é extremamente meritório.

Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Leonel Pavan.

DEPUTADO LEONEL PAVAN - Presidente, neste momento seria chover no molhado, já que praticamente todos concordam com a derrubada do veto.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não se sabe, por enquanto o painel ainda está aberto.

DEPUTADO LEONEL PAVAN - Não poderia deixar de comentar aqui um fato que ocorreu na enchente de 2008, quando mais de 600 animais morreram em Gaspar, Ilhota, Luiz Alves, Itajaí, e não se procurou saber o que a lei permitia. O ato do governo foi prontamente pedir que a Cidasc, a secretaria da Agricultura, disponibilizasse recursos para que esses animais realmente fossem levados a algum lugar que pudesse realmente atender a demanda.

Então, vejo que este é um projeto de extrema importância para a saúde pública e, se não assumirmos esta responsabilidade, se o governo estadual não assumir esta responsabilidade, os municípios pequenos vai ter um problema social, um problema grave para a saúde pública.

Cumprimento o autor do projeto, deputado Mauro de Nadal, porque este projeto, sem dúvida alguma, trará grande benefício para toda a sociedade.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	não
DEPUTADO DALMO CLARO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	não
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	não
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	não
DEPUTADO GELSON MERISIO	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	não
DEPUTADO JULIO RONCONI	não
DEPUTADO KENNEDY NUNES	não
DEPUTADO LEONEL PAVAN	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	não
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO RICARDO GUIDI	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI não  
DEPUTADO VALMIR COMIN não

Está encerrada a votação.

Votaram 35 srs. deputados.

Temos 34 votos "não" e um voto "sim".

O deputado Silvio Dreveck mantém a posição do governo, e é compreensível.

Está rejeitado o veto.

Vamos votar agora o Projeto de Lei Complementar n. 0023/2015, de procedência da Mesa Diretora, que transforma e extingue cargos de Agente Legislativo e de Técnico Legislativo, dos Grupos de Atividades de Nível Fundamental e Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa instituído pela Resolução n. 002, de 2006, convalidada pela Lei Complementar n. 642, de 2015.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Srs. deputados, este projeto que vai ser aprovado, cujo debate teve a participação importante no debate das comissões, de servidores da Casa, contribuições do próprio sindicato da Casa, ele tem uma importância, na minha visão, extremamente estratégica, não apenas para a Assembleia como também para o estado.

Além de extinguirmos uma carreira de nível médio, não para os que estão na ativa atualmente, mas para aqueles que irão para a aposentadoria, nós estamos passando duas mensagens claras. A primeira é de que não faremos mais concursos para ingresso no serviço público da Assembleia Legislativa de pessoal que não tenha curso superior como pré-requisito. O segundo é que nós temos uma redução gradual, conforme as aposentadorias vão ocorrendo, significativa, no sentido de, como segundo passo, estabelecermos o quadro ideal dos servidores efetivos desta Casa, que será feito com comissão paritária, entre os servidores da Casa e a administração, de forma que possamos a construir, como eu disse, o que seja necessário para que se tenha uma boa gestão administrativa, no seu quadro de efetivos.

Por isso, quero agradecer a contribuição de todos os deputados, da deputada Luciane Carminatti, que foi a relatora na comissão de Justiça, do deputado Mauro de Nadal, do deputado Marcos Vieira, do deputado Serafim Venzon, que encaminharam estas matérias nas comissões, respectivamente.

Em discussão.

(Pausa)

Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, a sra. deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Presidente, quero falar um pouquinho deste projeto, porque nós nos dedicamos muito para que o relatório final pudesse garantir a tranquilidade do servidor público efetivo no sentido de direitos que já foram adquiridos a partir do concurso público, e a sua preocupação com relação à aposentadoria futura e a ausência da referência no cargo, ao ser extinto. E nós conseguimos então, num diálogo muito respeitoso, com a Procuradoria da Casa, que o representa neste debate, e também a presença do sindicato e da associação, com o nosso gabinete, no sentido de apresentar a primeira relatoria da matéria da comissão de Constituição e Justiça.

Posso dizer aos servidores que avançamos muito, servidores que se aposentam, ao terem hoje, então, a partir da aprovação da lei, os cargos extintos, eles não perdem a referência com os cargos do nível superior ao ser nível médio. Então, essa é a primeira consideração.

A segunda consideração é que nós não estamos prejudicando nenhum servidor, acho que isso é importante. Em terceiro lugar, a garantia de que todos os próximos concursos venham com ensino superior, e por último, também, as mesmas garantias dos servidores, quando forem inativos, para os servidores da ativa. E ainda garantimos uma comissão paritária para tratar do quadro de pessoal.

Então, acho que foi um projeto bem interessante, que mostrou maturidade e capacidade

de diálogo no entendimento da Casa, dos servidores representados pelas suas entidades, e os princípios que eu sempre defendo: o princípio do serviço público.

E, por último, a não ampliação de novos cargos, mas a garantia do serviço público, da memória do serviço público. Então, o meu posicionamento, aqui, a toda bancada, é pelo voto favorável ao projeto de lei.

Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, apenas queria fazer um manifesto e agradecer ao deputado Marcos Vieira, da comissão de Finanças e Tributação, que me designou como o relator desse projeto. Quero fazer um testemunho, sr. presidente, da forma como foi construído isso com o sindicato e a Mesa Diretora.

Conversamos muito e chegou a uma aprovação unânime na comissão de Finanças e Tributação.

Por isso, quero dizer que é muito bom garantir algumas questões aos servidores e também economicidade à administração pública.

Muito obrigado, sr. presidente!

Deputado Julio Ronconi - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Julio Ronconi.

DEPUTADO JULIO RONCONI - Sr. presidente, quero parabenizá-lo por este projeto que serve de exemplo a muitas Câmaras de Vereadores, muitas prefeituras, porque ele foi construído a quatro mãos. Foi construído com a Mesa, com o sindicato, com as pessoas realmente envolvidas. Isso serve de exemplo, porque há muitas prefeituras, muitas Câmaras, que simplesmente fazem os projetos e fazem com que as pessoas que vão ser atingidas engulam de forma obrigatória, sem uma conversa, mas aqui ocorreu através do diálogo e é assim que deve acontecer.

Como diretor sindical que sou, parablenzo a forma como o projeto foi encaminhado dentro desta Casa.

Meu voto é favorável!

Deputado Fernando Coruja - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Fernando Coruja.

DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, já foi aqui levantada a questão de que se procurou dialogar e se conseguiu chegar a um projeto de lei de consenso que vai ser votado e provavelmente aprovado.

Mas queria chamar a atenção, e o risco desse projeto, que os servidores tinham mais medo, é que tivessem uma carreira e depois não houvesse, na aposentadoria, na inatividade, a correção da sua remuneração. Isso aconteceu muito em projetos nacionais e em outros locais onde a categoria dos aposentados fica ao largo, se corrige os ativos, e os inativos não acompanham mais a carreira ali colocada.

Então se achou uma solução. É provável que no futuro seja tal a situação do Brasil, que todos os aposentados desse Brasil tenham que sacrificar tais desmandos que acontecem no país, e a situação do Brasil como um todo, hoje, e a perspectiva que temos. Nós não podemos fazer um projeto e criar uma categoria que esteja já colocada como alguém que vai pagar no futuro a conta que é de muitos.

Então, se achou uma alternativa, houve um equilíbrio, e nós votamos a favor.

DEPUTADO GELSON MERISIO (Presidente) - Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação o Projeto de Lei Complementar n. 0023/2015.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	
DEPUTADO CLEITON SALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO JULIO RONCONI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LEONEL PAVAN	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 32 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h36, para dar prosseguimento à Ordem do Dia.